

Basta de Promessas

*Eveline Herfkens, fundadora
Campanha do Milénio das Nações Unidas*

Pascal Lamy, director-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), disse recentemente que “com a adopção dos Objectivos do Milénio no ano 2000, o mundo assistiu a um esforço colectivo sem precedentes para construir um futuro partilhado; conduzir ao sucesso a Ronda de Doha na OMC é um bom teste à nossa determinação colectiva em prol de uma parceria global para o desenvolvimento”.

Recordo que o compromisso a favor dos Objectivos do Milénio – subscrito por todos os membros da OMC – foi assumido ao mais alto nível político e que esses mesmo líderes sublinharam que “o comércio é a mais importante fonte de financiamento do desenvolvimento”.

Ora aqueles compromissos obrigam as negociações comerciais a afastar-se de um regateio baseado nos interesses nacionais de curto prazo. A Ronda de Doha foi estabelecida na OMC para lidar com as anomalias no sistema do comércio internacional, que resultam frequentemente em prejuízo para os países pobres.

É tempo de pôr o comércio a trabalhar para o desenvolvimento e garantir que os resultados das negociações comerciais são consistentes com as promessas incumpridas dos nossos líderes políticos.

Em 2003, nas vésperas da Cimeira da OMC em Cancún, escrevi um artigo conjunto com Nicholas Stern – à data Economista Chefe do Banco Mundial –, no qual apresentávamos as implicações das promessas da Cimeira do Milénio sobre a Ronda de Doha:

1. Converter todos os impostos especiais sobre produtos agrícolas em tarifas ad valorem (percentagem fixa do valor transaccional) e reduzir as tarifas nos países ricos até um máximo de 10%;
2. Eliminar os subsídios de incentivo à exportação de produtos agrícolas e desligar os subsídios agrícolas de cada país da produção;
3. Reduzir as tarifas à importação de produtos manufacturados nos países desenvolvidos a um máximo de 5%;
4. Garantir que países pobres sem suficiente capacidade de produção possam importar medicamentos a preços aceitáveis e nas mesmas condições das dos países com capacidade de produção;
5. Alargar o acesso aos mercados dos países desenvolvidos por parte de trabalhadores temporários oriundos de países em desenvolvimento.

No dia 29 de Novembro as Nações Unidas realizam, precisamente em Doha, uma conferência internacional para debater o financiamento do desenvolvimento. É uma oportunidade simbólica para relembrar os compromissos assumidos. Antes do mais, no Objectivo do Milénio 8: fortalecer uma parceria global para o desenvolvimento.

Nesta parceria, o comércio é decisivo – e aqui os países ricos têm maior responsabilidade. Devem eliminar os subsídios às exportações de produtos agrícolas e limitar os subsídios domésticos a produtos com importância para as economias dos países em desenvolvimento. Os actores globais emergentes, como o Brasil, a China e a Índia, devem fazer o mesmo.

Pelo seu lado, a generalidade dos países em desenvolvimento deve fazer o trabalho de casa, na sua própria casa: garantindo que os dividendos do acréscimo de exportações se traduz num crescimento económico inclusivo, beneficiando também os pobres. Há muitos países onde as barreiras comerciais protegem de facto os ricos, à custa dos pobres.

Chegou a hora de libertar o comércio internacional das garras dos lóbis que sequestraram as nossas políticas comerciais. Um exemplo basta, pois os factos falam por si. A maior parte dos subsídios à agricultura na UE vai para grandes agricultores, que já têm um rendimento muito acima da média nos seus países: portanto uma transferência de recursos para os ricos. Os consumidores e os contribuintes – importantes partes interessadas em toda esta questão mas raramente chamados a intervir na definição de políticas – têm de ser informados dos enormes custos e limitados benefícios das nossas políticas agrícolas: cerca de 100 euros mensais para cada família europeia.

Recordo-me que, há alguns anos, os CEO do grupo Unilever e da ONG Oxfam renunciaram juntos à Política Agrícola Comum e esse gesto mudou o discurso político no Reino Unido no respeitante à agricultura. A sociedade civil e o sector privado devem pois olhar além das suas preocupações imediatas, unir esforços e dizer aos nossos líderes políticos: basta de promessas.

Publicado no “Diário Económico” - 26 de Novembro 2008